

ISSN 2525-6904



DOSSIÊ



## Olhando para os Lados

Um rascunho sobre presenças, sentidos e experiências em torno ao aborto através de uma pesquisa militante

Leticia Alves MAIONE, *Erasmus Mundus / GEMMA*

Nesse texto, a partir de uma pesquisa militante que ainda está em andamento, mas que conta com participações em eventos entre os anos de 2016 e 2018, busquei trazer alguns questionamentos às ações e discursos sobre aborto realizados durante tais atividades. A colocação de tais questionamentos foi desenvolvida de mãos dadas com os lugares sociais e as posições políticas desde os quais esses foram colocados, buscando trazer contribuições para historicizá-los nas constituições feministas, que se dão em nossa formação histórica, cultural e política Latino-Americana e Brasileira. Meu objetivo principal com esse trabalho é contribuir para o fortalecimento das práticas e articulações feministas, bem como para a ampliação das percepções sobre as presenças, os sentidos dados e as experiências que têm alimentado os campos feministas em relação ao aborto nesses contextos. Para cumprir com tal tarefa, busquei desnaturalizar a existência de uma única narrativa feminista sobre o aborto, que geralmente tem como referência sujeitas/os/xs e suas experiências compreendidas em territórios do Norte geopolítico e de historicidades Eurocêntricas, desprezando as contestações e disputas resultantes das desigualdades sociais presentes em nossas realidades e, sobretudo, os conhecimentos e trajetórias locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto. Pesquisa militante. Feminismos De/Anticoloniais. Heterogeneidades. Saberes.



## **Introdução**

Resgatando a aposta apresentada durante uma recente reflexão sobre como o aborto, a sexualidade e as questões reprodutivas podem nos levar à contextualização de nossas práticas, movimentos e da produção de conhecimento (MAIONE, 2019), gostaria de aprofundar tal pensamento de forma a situar algumas partes dos saberes e experiências que envolvem o aborto desde os feminismos no Brasil e na região Latino-Americana. Na ocasião mencionada, aproveitando o questionamento de Ana Reis (2010) sobre os saberes e poderes que estamos abdicando ou aceitando, em nossas políticas e ações (nos feminismos); me perguntei: “Quem temos considerado como portadoras/es/xs de saber e conhecimento sobre aborto na sociedade?”. A fim de continuar avançando nessa leitura, pretendo reformular minha pergunta de maneira mais ampla no intuito de mapear as atrizes/atores implicados, bem como o que está em disputa e em diálogo, através do seguinte questionamento: quais campos políticos e epistemológicos têm se cruzado nas políticas e ações dos feminismos em matéria de aborto?

Os posicionamentos que lanço aqui surgiram em atividades dos movimentos feministas e outros movimentos sociais onde atuei, ora como facilitadora, ora como participante, junto a outrxs militantes, atuantes também em vários movimentos sociais. Essas atividades tinham em vista a formação política, o compartilhamento e o debate sobre aborto. Para entender a heterogeneidade de experiências e posições políticas, adoto a noção de *campos discursivos de ação*, cunhada por Sonia Alvarez (2014b), e que tem me ajudado a entender os movimentos feministas como campos que não são ensimesmados, como pretenderia uma visão hegemônica, Eurocêntrica e universalizante estabelecer acerca de quem forma esses campos políticos, bem como quais as questões que os atravessam. Como afirma Alvarez (2014), um campo discursivo de ação reúne atrizes e atores de múltiplos campos políticos que se identificam e (re)elaboram interpretações feministas desde distintas cosmovisões. Trata-se de pensar como atrizes individuais e coletivas que ocupam dimensões verticais e horizontais, muitas vezes discordando sobre as questões interpretativas mencionadas, têm forjado eixos articuladores dos feminismos com outros campos e perspectivas de luta e conhecimentos. Por isso, entendo também que as contribuições para o debate, pensamento e práticas que tocam a temática do aborto não tem sido homogêneas, mas sim elaboradas a partir de distintos lugares, que disputam e ou acordam entre si sobre o tema.



A orientação de uma pesquisa militante, recuperada nos últimos anos, como relata Breno Bringel e Renata Varella (2016), me inspira especialmente a provocar um registro em aberto sobre “o diálogo entre formas distintas de entendimento da realidade” que venho encontrando e sendo parte na luta por autodeterminação de nossos desejos, na América Latina, e desde o Rio de Janeiro - cidade onde moro e participo de coletividades e iniciativas de movimentos sociais, nos últimos anos. A pesquisa militante argumenta contra a noção de uma pesquisa que se pensa por cima da relação entre as desigualdades sociais e a (re)produção de conhecimento na América Latina (BRINGEL; VARELLA 2016). Da mesma forma, argumento que (contra) narrativas feministas são construídas em meio à disputa (da interpretação) pelo contexto.

Portanto, na esteira do pensamento crítico Latino-Americano, é fundamental reconhecer o papel que os feminismos anti-coloniais, decoloniais e negro, bem como lésbicos e da dissidência sexual, ocupam na formulação de estudos que vêm se dedicando às contribuições heterogêneas e às rupturas com o monopólio e a exclusividade epistemológica, da qual a academia e os movimentos sociais, muitíssimas vezes, não se isentam. É dessa forma que a presente tentativa de esboço pretende se somar ao que María Lugones (2018) chama de co-teorização. Com co-teorizar essa autora sugere preocupações metodológicas que se interessem por se colocar entre a comunicação e articulação complexas, ao passo que opta por construir conhecimento através de formas alternativas ao engessamento de categorias dicotômicas, binárias e fragmentadoras.

Meu objetivo com esse trabalho é, portanto, contribuir para o aumento das percepções em relação aos sentidos, presenças e saberes que envolvem as abordagens de aborto e justiça social, desde os feminismos, na América Latina. Para cumprir com essa tarefa, tratarei de resgatar indagações e intervenções ocorridas durante as atividades já mencionadas, contextualizando desde os lugares dos quais elas foram feitas, e de uma perspectiva histórica dos feminismos.

## **1) Resgatando questionamentos e intervenções desde uma pesquisa militante em aborto**



Esta é uma pesquisa militante que compreende notas de trabalho sobre algumas atividades das quais participei<sup>1</sup>. Ela abrange também a experiência na qual, junto a outrxs/as companheirxs/as, realizamos cerca de quatro oficinas e debates, em 2017, com a provocação de pensar a comunicação em aborto<sup>2</sup>. Essa foi uma perspectiva que possibilitou uma grande abertura para a discussão do tema. Por mais que tivéssemos algumas orientações iniciais de querer tratar sobre como a mídia, grande e alternativa, comunicava sobre o assunto, durante todos os momentos, foram engatilhadas as percepções desde o dia a dia, das várias idades e temporalidades da vida, das quais participantes podiam trazer à tona os significados que deram e foram dados ao aborto, em suas experiências. As atividades foram feitas em distintos espaços. Três das ocasiões se deram no centro do Rio de Janeiro, e uma em Campo Grande, na Zona Oeste da cidade. O período das oficinas concentra boa parte das intervenções que aqui apresento, ao mesmo tempo em que também ultrapassam essa série de atividades, compreendendo uma ou outra roda de conversa, plenária, mesa, entre outros formatos, no qual estive envolvida de alguma forma, de 2016 a 2018.

### **1.1) Questionamento/intervenção 01 - A agenda feminista sobre o aborto está sendo levada, sobretudo, pelos grupos de acompanhamento às mulheres em situação de abortamento ou pelas organizações feministas que realizam trabalho de incidência e acompanhamento legislativo?**

A intervenção acima acabou por ocasionar um debate no interior de uma atividade sobre o tema de aborto, durante um Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, ocorrido em 2017, no Uruguai (informação verbal)<sup>3</sup>. Como uma espécie de roda de conversa, a atividade contou com uma forte presença de sujeitos mencionados no questionamento, ou seja, coletivos e instituições feministas que atuam desde uma perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, com uma grande presença de mulheres brancas.

---

1 Sobre a pesquisa militante, ver Bringel e Varela; Jaumont e Varela (2016).

2 As oficinas foram registradas através da Zine Útero Livre, edição nº 2. Tanto as oficinas, quanto à confecção da zine foram feitas em conjunto com comunicadoras do Coletivo de Comunicação Intervozes, e de integrantes da Coding Rights.

3 Intervenção e debate feito durante atividade autogestionada ocorrida no 14º Eflac - Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, em 24 de novembro de 2017.



Ainda que a maioria das que se encontravam presentes buscou rechaçar tal dicotomia, meses e anos mais tarde, a discussão me remete à revisão epistemológica realizada por Alvarez (2014b). Em seu trabalho, a autora desenvolve reflexões acerca do centramento discursivo durante os anos 1970 e 1980, no Brasil, em torno do que se buscou constituir como um campo feminista “autônomo” em relação ao seu suposto público exterior. A construção de um espaço e uma identificação com tal “luta específica”, na época, envolveu manobras de construção de alteridade, concomitante a uma constituição heterogênea do campo feminista que percebia a marcação por classe, sexualidade e raça como determinante dessa diferenciação. O que me pareceu mais interessante na intervenção é que ela me dá a possibilidade de estabelecer conexões e questionar essa dicotomia que, muitas vezes, dependendo da posição que se ocupa nos feminismos, acaba sendo adotada e criando paradoxos excludentes, como nos conta Alvarez (2014a) sobre episódios passados dos feminismos, no Brasil e na América Latina.

Ao querer para si a ação e o significado do aborto, insistindo em definições sobre uma autonomia e liberdade dos corpos com base em signos Ocidentais e Eurocêntricos, e sem querer reconhecer a disputa de sentidos envolvendo concepções de mundo heterogêneas das quais participam as mulheres, alguns setores acabam por reproduzir uma representação/interpretação excludente do aborto. De maneira nenhuma, pretende-se aqui responsabilizar nenhum setor feminista pela misoginia, pelo racismo e classismo que constitui a motivação maior do Estado e da sociedade de promover a estigmatização de uma prática que deveria ser reconhecida. Mas acredito que existem também nuances que devem ser reconhecidas a fim de fortalecer nossas práticas e articulações feministas. Eu mesma revejo a minha postura através desse trabalho, e da ruptura que tenho buscado fazer com narrativas vindas de instituições do Norte (localizadas no Norte e no Sul geopolítico) para utilizar em meu discurso e nas oficinas que facilito. Reconheço as inúmeras vezes em que repeti aqueles dados comparativos que colocam a legalidade do aborto como prática que distingue os considerados “países desenvolvidos” dos considerados “países em desenvolvimento”.

É necessário contra-argumentar uma narrativa feminista hegemônica do aborto, e nesse sentido, Nathalia Diórgenes (2017) é certa ao realizar tal tarefa através de uma reflexão situada a partir do ponto de vista descolonial referente às legislações sobre aborto na



América Latina<sup>4</sup>. Segundo a autora, a compreensão que coloca a falta de garantias de direitos das mulheres no Sul geopolítico à incapacidade de sua implementação por parte dos Estados “subdesenvolvidos” ignora a tomada da administração que implicou o sistema colonial nesses territórios com a imposição das instituições Ocidentais Modernas, juntamente a extrema estratificação social a qual estas últimas estiveram implicadas em estabelecer. É assim que chego também à noção de Yuderkis Espinosa Miñoso (2009) sobre uma narrativa dependente visto a forte colonização discursiva que contextualiza a importação de marcos teóricos feministas vindo dos países centrais.

Ao meu ver, o apelo constante aos sistemas de legalização e descriminalização implementados nos países do Norte sem realizar uma análise aprofundada do porquê o aborto foi regulado nesses contextos, e como essa legalização tem sido sentida pelas mulheres nesses lugares reproduz elementos dessa dependência que: (1) por um lado, abre mão de revelar as contradições de um sistema colonial de legislação do aborto; (2) enquanto que, por outro, não produz um referencial prático-teórico que aterrise no histórico colonial de expropriação sobre “os corpos racializados, empobrecidos, folclorizados, colonizados das mulheres Latino-Americanas” (Miñoso 2009, 46). Essa problemática também apareceu na ocasião de uma atividade quando uma companheira me chamou a atenção para como o paradigma dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSDR), muitas vezes, não dialoga com os conhecimentos e experiências vivenciadas por mulheres e povos, que enfrenta(ra)m cotidianamente a violência epistemológica e a destituição material, inclusive sobre seus corpos, promovida desde a colonização européia<sup>5</sup>. Diversxs autorxs já refletiram sobre a colonialidade enquanto instituição de um padrão de poder, impondo as formas modernas de conhecer e ser, em detrimento de cosmovisões onde corpo, espírito,

---

4 Nas palavras de Diórgenes (2017, 6): “Na colonialidade do poder, este processo se reflete como uma desigualdade de garantias de direitos, expressa no arcabouço jurídico dos países do norte e sul do globo, na qual é possível perceber nitidamente a relação entre a criminalização do aborto e o chamado “subdesenvolvimento”. São os países com histórias de tomada da administração do seu território no processo de colonialismo que apresentam as legislações mais restritivas em relação ao aborto e, conseqüentemente, são as mulheres do chamado “terceiro mundo” que precisam recorrer a procedimentos insalubres para realizar o abortamento e vivenciar situações vexatórias em que a todo momento o controle dos seus corpos é negado por um estado patriarcal colonial e racializado.”

5 Intervenção feita durante a atividade do Curso “Mulheres e Economia” sobre direitos sexuais e reprodutivos, realizado pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, em julho de 2017.



conhecimento, cultura e natureza não se fragmentam (ANTONACCI, 2016)<sup>6</sup>.

É ainda possível alimentar tal questionamento através da exposição feita pela médica comunitária e militante feminista Ana Reis (2010) que rememora o concerto ao redor dos termos de Direitos Reprodutivos (DRs) e Saúde Reprodutiva, durante as Conferências de Direitos Humanos da década de 1990. A autora alerta sobre a participação ativa do poder médico nessa constituição que tinha em vista seus próprios interesses ao promover a expansão de um mercado propício à atuação da categoria, por uma parte; enquanto que se anunciava a operação de grupos controlistas, por outra. Por outro lado, Reis (2010, 79) resgata a construção, no Brasil, do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que buscava levar para as políticas públicas “discursos e práticas de cuidado”, resgatadas com base nos corpos e nas experiências das mulheres por parte de grupos feministas que, na época, trabalhavam com saúde. A autora lembra que tais grupos identificaram, no poder médico, um ator das relações patriarcais que despojaram “o saber e poder de mulheres cuidadoras, eliminadas fisicamente pela igreja”.

Com o fim oficial da ditadura, na década de 1980, o contexto de luta por uma saúde pública, universal e humanizada abriu alguns canais de participação que contextualizam a proposição do PAISM: “Um lugar de fala e atuação públicas estava aberto e foi sendo ocupado” (Ibid., 80). O processo que se segue logo após, segundo Reis, é de institucionalização de muitos dos grupos de saúde das mulheres que receberam visibilidade com o estabelecimento do PAISM, o que também acarretou um maior acesso a recursos financeiros, em grande parte, vindos da Cooperação Internacional. Essa relação financeira apresenta o cenário onde se deram as aproximações com grupos controlistas que, por sua vez, eram desejosos da regulação da fertilidade de mulheres pobres, do campo, negras e indígenas. Ainda que movidos por razões muito distintas, Reis argumenta que feministas, controlistas e categoria médica possuíam interesses na contracepção, pois as primeiras acreditavam na autodeterminação das mulheres.

Apesar dos conflitos dessa relação, a gramática política estabelecida apontou para a instituição dos Direitos Reprodutivos,

---

6 Para o contato com as elaborações de como o gênero e o heterossexismo fundamentam a colonialidade, formando o sistema colonial de gênero, ver Lugones (2007).



acabando por homogeneizar boa parte do discurso e das pautas desse campo. A própria noção de atenção integral à saúde representada, no caso brasileiro, pelo PAISM sofre perdas em detrimento da padronização internacional e reducionista dos DRs. É importante ressaltar, no entanto, que a luta pela concepção e instauração do PAISM e do Sistema Universal de Saúde (SUS) são trajetórias evidenciadoras de como a saúde, no Brasil, é um campo de disputa que envolve não somente, mas definitivamente, movimentos sociais de vários campos e profissionais de saúde que são elas, eles e elxs mesmxs militantes em luta contra uma saúde capturada e vendida como mercadoria, e como tecnologia de extermínio e precarização da vida<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo, as redes de acompanhamento a mulheres em situação de abortamento no atual cenário representam uma outra faceta da trajetória apresentada até então. Muitos coletivos feministas, nas últimas décadas, têm retomado o trabalho de resgatar experiências e saberes das mulheres a partir do apoio às mulheres que realizam abortos cirúrgicos, com medicamentos, e com ervas. Muitos registros dessa experiência de organização têm sido feitos nesse momento. O acompanhamento tem permitido o contato com mulheres de distintas posições sociais, visões de mundo e práticas de cuidados, demonstrando que as experiências em relação ao aborto são, definitivamente, heterogêneas. Porém, como elas têm sido mediadas, interpretadas e narradas é algo que deve tomar mais nossa atenção. Estão elas sendo contadas expressando tal heterogeneidade? Essas operações feministas de acompanhamento - que estou certa não é somente uma - recuperaram dos coletivos feministas de uma época o enfrentamento ideológico à medicalização das vidas e corpos das mulheres, desde uma visão engajada contra os sistemas de poder e de conhecimento hegemônicos?

É importante olhar para os efeitos produzidos pela interação com o persistente apoio financeiro e político de organizações internacionais relacionadas à história dos DRs narrada acima que, por vezes, serão estimuladoras da expansão e institucionalização de tais grupos. Aqui se insere também a relação com as organizações feministas do Norte geopolítico que se especializaram em promover campanhas e ações relacionadas ao aborto através da distribuição de medicamentos,

---

<sup>7</sup> O Fórum de Saúde do Rio de Janeiro é um espaço de continuidade dessa luta, por exemplo. Constituído em 2009, é possível encontrar mais sobre sua história através de um texto de Maria Inês Souza Bravo, disponível em: <<http://pelasaude.blogspot.com/p/o-forum-de-saude-do-rio-de-janeiro.html>>.



instalação de consultórios para a prática cirúrgica, entre outras atividades, direcionadas a países onde o acesso ao aborto é criminalizado e inviabilizado. Muitas vezes desconhecedoras dos contextos Latino-Americanos, a defesa do aborto por essas organizações trazem tradições salvacionistas do feminismo hegemônico Ocidental que insistem na disseminação da pauta do aborto como uma máxima da “prescrição da mulher emancipada” e moderna (MIÑOSO, 2018)<sup>8</sup>. Enquanto muitas de nós, feministas, não estamos dispostas a renunciar tal agenda, tampouco, desde nossos territórios e políticas situadas, estamos dispostas a abandonar uma discussão sobre quais projetos, de fato, implicam em uma emancipação desde as problemáticas e as agências de mulheres na América Latina (MAHMOOD, 2006).

### **1.2) Questionamento/intervenção 02 - Se no debate sobre aborto, costuma-se dizer que as mulheres negras estão entre as que mais sofrem com as consequências negativas da clandestinidade e estigmatização dessa prática, por que tem sido pouco a visibilidade desse sujeito nessa agenda?**

A intervenção que apresento aqui como o questionamento número 2 ocorreu durante uma oficina de Educação e Comunicação Popular em Aborto, realizada em conjunto com educadoras e educadores populares (informações verbais)<sup>9</sup>. A atividade consistia, nesse momento, em reunir questionamentos que tínhamos sobre noções e ações que têm sido empreendidas em relação ao aborto. Na roda, foram colocadas as preocupações de militantes de coletivos de juventudes negras e do movimento de mulheres negras em relação às poucas, quase inexistentes, referências às práticas e conhecimentos ancestrais de mulheres Africanas, Afro-Brasileiras e da medicina tradicional, remontando às resistências à colonização. O questionamento foi

---

8 Notas pessoais realizadas durante a Conferência “Abandonar el punto de vista Eurocentrado: una (otra) revisión de la teoría de género y sexualidad”, na Universidade de Oviedo, em 12 de novembro de 2018. Na ocasião, Yuderkis Espinosa Miñoso expôs uma revisão das teorias de gênero e sexualidade desde o ponto de vista descolonial que, segundo a autora, se faz necessário a fim de questionarmos “o que tem sido uma mulher liberada” e como poucas têm se privilegiado de um projeto feminista cujo emancipação se pauta na modernidade Ocidental em detrimento da exploração de muitas mulheres cujas práticas e condições de vida são o verdadeiro “ponto cego” do feminismo hegemônico de matriz Eurocêntrica.

9 A oficina se deu no Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP), em Campo Grande, em 26 de agosto de 2017.



igualmente realizado desde uma difícil conjugação em um território como o Rio de Janeiro, onde a letalidade perpetrada pelas mãos armadas e militarizadas do Estado tem sido responsável pelo assassinato massivo de jovens negrxs, principais atingidxs com a política de extermínio, definida para assegurar os interesses e o apoio das classes médias e altas brancas, moradoras ou visitantes do Estado do Rio.

A militarização da vida pode ser também interpretada como continuidades da imposição de normas de gênero, segundo uma diferenciação e hierarquização colonial e racializada, como propôs María Lugones (2007) ao elaborar sobre o sistema colonial de gênero. Segundo Carla Akotirene,

[...] o racismo estruturado pelo colonialismo moderno, insiste em dar cargas pesadas às mulheres negras e homens negros. [...] impõem para nossos úteros significados ocios e ocidentais do feminismo branco em detrimento da matripotência Yorubana. [...] enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que militar e confessionalmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto - que é um direito reprodutivo (AKOTIRENE, 2018, 17).

Sem deixar de abordar o aborto enquanto direito reprodutivo, a autora expõe as diferenças políticas e epistemológicas entre, por um lado, as intenções inominadas de um universalismo do feminismo branco, e por outro, a historicidade que os feminismos negro e descolonial foram capazes de outorgar ao gênero e à heterossexualidade como parte das construções de hierarquização colonial moderna. Segundo Lugones (2007), a noção de gênero imposta aos povos colonizados não é a mesma que foi empregada à burguesia Européia. Em diálogo com as autoras Afro-Brasileiras, também encontramos Hortense Spillers (1987), que argumenta que a ordem implementada no chamado “Mundo Novo” buscou fragmentar o corpo negro em diáspora que, desde o ponto de vista da sua comunidade, não implicava em uma especificidade de gênero.

Tal cosmovisão apostava no corpo como um espaço de convergência biológica, sexual, cultural, social, linguística, ritualística e psicológica, mas que de acordo com a imposição de manobras e significados sócio-culturais da colonização, deveria ser transformado em carne. Derivado de uma lógica que não a Ocidental e de uma experiência



que não a de mulheres brancas de classe média, Akotirene chama a atenção para os diferentes significados sociais e culturais que a maternidade pode tomar desde influências da matriz Yorubana na experiência de mulheres Afro-Brasileiras<sup>10</sup>. É da mesma forma que, diante de um sistema de segregação racial e de um Estado promotor da violência policial à população negra, mulheres negras têm seus desejos e perspectivas em termos de maternidade altamente impactados, ao longo de sua vida.

Jurema Werneck aporta igualmente uma desestabilização da narrativa hegemônica que aponta o gênero e o patriarcado sem historicidade para interpretar as agendas e as questões reprodutivas: “negras, amarelas, Indianas, indígenas, um arco-íris de cor que não inclui a branca - há muito tempo experimentam o controle violento da natalidade e a invasão de seus corpos por motivos de raça, política e economia” (WERNECK 2004, 51)<sup>11</sup>. Essa autora reconstitui como o controle da capacidade procriativa no Brasil remonta ao regime escravocrata, que dependendo de interesses econômicos, forçou ou impediu as mulheres negras de procriar. Crianças negras, portanto, foram vistas por escravocratas como indesejáveis antes que pudessem obter lucros, e reverter as perdas financeiras após o fim do comércio de escravos no Atlântico. Werneck ainda destaca como os mesmos violaram sistematicamente os corpos de mulheres negras para expressar suas fantasias e desejos sexuais reprimidos. No mesmo estudo, Werneck abre uma reflexão sobre a fundação da nação brasileira que, à princípio, se baseou em ideais eugênicos para, logo mais, construir o mito da miscigenação tendo em vista contrarrestar a maioria negra que formou a cultura e a população no Brasil (WERNECK 2004).

No Rio de Janeiro, o discurso e atuação do ex-governador Sérgio Cabral atualiza a trajetória de controle de natalidade da população negra, no Brasil, exigindo-nos um olhar para o seu manejo junto aos interesses do capital. Em 2007, Sérgio Cabral, recentemente eleito na época como governador do Estado do Rio de Janeiro, fez uma entrevista emblemática onde afirmou que o aborto deveria ser considerado uma política pública

---

10 Para uma melhor elaboração sobre a organização social estabelecida em torno à maternidade na sociedade Yorubana, e uma relação com os limites da perspectiva da diferença sexual, ver Coetzee e Haselma (2018).

11 Tradução própria feita do Inglês para o Português Brasileiro.



de combate à violência no Brasil (CABRAL, 2007)<sup>12</sup>. Na ocasião, Cabral se referiu ao livro “Freakonomics”, que estabelece a conexão entre a legalização do aborto, em 1975, e a redução da violência nos anos de 1990, nos Estados Unidos. As principais temáticas da entrevista são tópicos sobre políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, que dois anos depois, foi eleita a cidade anfitriã dos primeiros Jogos Olímpicos da América do Sul. A narrativa baseada em uma política econômica de aprofundamento do neoliberalismo gerenciou e explorou sentimentos nacionais em muitos sentidos. Um dos principais insumos para as políticas e discurso da época (que também prevalece na história desta região no Brasil) recorreu à restauração da ordem pública pelas operações policiais, mencionadas por Cabral na mesma entrevista, com relação às favelas localizadas nas áreas de grandes interesses econômicos.

Retornando às contribuições de Werneck, é importante recorrer a sua extensa contribuição sobre os interesses de grupos políticos e econômicos por trás da biotecnologia, marcada intensamente pelo mercado capitalista neoliberal. A autora chama a atenção para como essa área de desenvolvimento científico, por um lado, tem sido apresentada como um cenário de possibilidades tecnológicas para o prolongamento da vida, a um grupo bem restrito, localizado sobretudo no Norte geopolítico; enquanto que, por outro, “populações inteiras estão expostas a condições de destituição material e simbólica que inviabilizam o acesso e a realização dos procedimentos científicos de manutenção da vida, independente de seu grau de complexidade” (WERNECK, 2005, 02).

A autora relembra as políticas públicas que, desde os anos 1970, foram empreendidas para diminuir as taxas de natalidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, sobretudo negras e não-brancas, através de organismos internacionais e de fundações com caráter não-governamental (WERNECK, 2005). Ações em massa de esterilização cirúrgica e hormonal, documentadas pelo departamento de segurança nacional dos Estados Unidos que deveriam ter como foco países empobrecidos, incluindo o Brasil, se somam aos atuais projetos de pesquisa que se dedicam a promover manipulações de células e embriões

---

12 Nas palavras de Cabral: "A interrupção da gravidez tem tudo a ver com violência. Se você olhar o número de crianças por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Tijuca, Méier e Copacabana (bairros de classe média alta), é um padrão sueco. Então, olhe para a Rocinha (uma favela localizada em uma das áreas mais enriquecidas da cidade). É o padrão da Zâmbia, Gâmbia. É uma fábrica que produz marginais (CABRAL, 2007)."



“assegurando o patrimônio genético e a descendência de homens, do hemisfério norte, principalmente.” (WERNECK 2005, 4-7). Em outra ocasião, Werneck (2004), registrou que no início da década de 1990, diversas organizações de mulheres negras organizaram a Campanha Nacional contra a Esterilização em Massa, sob a liderança do Programa da Mulher do Centro de Populações Marginalizadas, no Rio de Janeiro.

Cabral não foi o único representante do Estado Brasileiro a manifestar seu alinhamento com políticas de cunho eugênico. O discurso promotor de esterilizações se faz presente na mídia brasileira a cada ano por representantes políticos reacionários, sempre ligados ao “combate” à pobreza e aos objetivos de desenvolvimento<sup>13</sup>. Como destaca Werneck (2005, 9), a agenda de mulheres negras tem enfrentado vulnerabilidades múltiplas que vão desde o enfrentamento da eugenia na ciência, e as demandas produzidas desde os países do Norte por tal mercado, bem como as “próprias demandas por justiça e pelo fim do racismo e da desigualdade de gênero, pelo acesso aos bens sociais, à água potável a um ambiente saudável, de combate à fome, à pobreza, o controle da epidemia de HIV/Aids, ... entre outras”. As redes de mães de vítimas do Estado, moradoras de periferias urbanas e favelas, por exemplo, tem denunciado o adoecimento de várias mulheres pela falta de justiça às/ aos suas/seus filhas/os, como relata Débora Maria da Silva, do movimento Mães de Maio (São Paulo), em entrevista (SALVADORI 2018).

Por parte do feminismo negro e dos movimentos de mulheres negras, vemos tal articulação trazer essa e outras questões (entre elas, as várias causas que além do aborto levam à alta incidência de mortalidade materna entre mulheres negras, jovens, e pobres) como centrais ao debate sobre procriação, soberania dos corpos e autodeterminação das vidas e desejos das mulheres. Porém, por parte de uma militância que cada vez mais tem mostrado “um foco” na defesa do aborto, e ou que concentra os esforços de suas instituições - captadoras de maiores recursos e atenção - para a defesa do aborto segundo as condições

---

13 Um desses casos foi o deputado Carlos Bolsonaro que, em uma de suas declarações nas redes sociais, disse que a esterilização de homens e mulheres beneficiários do Bolsa Família - programa de transferência direta de renda, deveria constar como uma das condicionalidades para seu acesso. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/filho-bolsonaro-apaga-tweet-de-bolsa-familia-so-para-quem-fizesse-laqueadura-ou-vasectomia/>>. Esse mesmo parlamentar é promotor de um projeto de lei que pretende transformar a Lei de Planejamento Familiar, com o intuito de diminuir a idade mínima exigida de mulheres para a realização de esterilizações no sistema público.



históricas de mulheres brancas e de classe média, por mais que declarem um apoio geral à luta anti-racista de mulheres negras, fadiga em compartilhar práticas e noções transformadoras desse campo segundo uma agenda de justiça reprodutiva, conforme preconizado pelo feminismo negro. Em sua análise sobre aborto e mulheres negras, Rayane Noronha Oliveira (2017) faz uma excelente contribuição à ampliação da pauta de aborto ao afirmar que tal luta desvinculada da maternidade e da luta contra o genocídio não rompe com os ideais de supremacia branca. Além disso, é a mesma autora que nos expõe como é necessário rever a noção individualista e liberal de autonomia, tão empregada no debate feminista hegemônico sobre aborto.

No Rio de Janeiro, o abre-alas de algumas marchas pela legalização do aborto, nos últimos anos, trouxeram reivindicações pelo bem-viver e o fim do genocídio negro, como resultado da participação do movimento de mulheres negras. Será esse o limite da articulação entre os campos políticos e epistemológicos dos feminismos e movimentos de mulheres na reapropriação do significado e da agenda em questões reprodutivas? Sueli Carneiro (2003), em *Enegrecer o Feminismo*, faz uma chamada de alta criticidade ao feminismo Brasileiro de inclinação Eurocêntrica e universalista. A autora rebate os mitos de uma fragilidade feminina e apresenta a memória cultural ancestral, responsável pela trajetória de lutas e resistências das mulheres negras e do povo negro. Perto de concluir, Carneiro (2003, 58) cita Aimé Césaire para apontar “as duas maneiras de perder-se: pela segregação, sendo enquadrada na particularidade, ou por diluição no universal”.

A elaboração de Carneiro toca, especialmente, a problematização feita, até então, sobre os lugares heterogêneos nas formações feministas. Tais formações correspondem a uma constituição social, política e cultural Brasileira e Latino-Americana, em contextos permeados por sentidos e projetos que são alvos de disputas de poder, e de um histórico de desigualdade social. Assim como várias das autoras mencionadas já apontaram, sugiro que este também seja um ponto de partida desde onde as pautas procriativas, enquanto parte dos desejos de sujeitos individuais e coletivos, sejam analisados.

### **1.3) Questionamento/intervenção 03 - Já reparou que somos várixs xs que já estiveram nessa posição de acompanhar**



## **mulheres nesse rolê e que somos sapatão, bi e marica dissidentes?**

O terceiro questionamento parte de uma conversa durante a preparação de uma formação entre comunicadoras feministas (informação verbal)<sup>14</sup>. Igualmente, se trata de um questionamento que esteve muito menos presente, seja nas oficinas realizadas, seja nas mesas, plenárias e rodas de conversa em que participei e, portanto, ainda se apresenta sob a forma de uma elaboração inicial, nesta pesquisa militante. De fato, o discurso a favor do aborto sob uma perspectiva questionadora à heteronormatividade é pouco discutido ainda nas experiências feministas Brasileiras, o que não significa a sua inexistência. Expressões dos movimentos sociais, como a Liga Brasileira de Lésbicas e Bissexuais (LBL), têm o aborto em sua plataforma política.

A LBL compõe ainda a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto<sup>15</sup>. Ao recuperar o percurso de constituição do sujeito político desta articulação, Maria Célia O. Selem (2007) traz uma entrevista onde fica registrado como as práticas de parte do movimento feminista não abordam “a pauta lésbica” como parte das realidades de tal campo movimentista. É apontado, neste momento, como que “[...] a agenda feminista tinha uma coisa internacional, que era a maior discussão, que era a legalização do aborto, a violência contra a mulher [...] (SELEM 2007, 98).” Interessante aqui é destrinchar como questões como o aborto e a violência contra as mulheres, segundo uma agenda internacional homogeneizante, podem ser vistas em desconexão com as condições de vida das lésbicas.

Ainda que propostas e debates importantes tenham buscado dar conta da violência que lésbicas e bissexuais vivenciam em relacionamentos afetivo-sexuais não heterossexuais, de alguma forma, a questão da maternidade, o desejo de interromper uma gravidez, e

---

14 A atividade ocorreu em junho de 2018, em Belo Horizonte, e foi convocada por diversas organizações e coletivos.

15 Informações retiradas do blog da LBL. Disponíveis em: <<https://lbnacional.wordpress.com/>>.



demais implicações envolvidas são ainda obstaculizadas<sup>16</sup>. Durante uma de nossas atividades, por exemplo, uma companheira relacionou como o estupro corretivo a lésbicas era uma dimensão que deveria ser tratada entre as problematizações levantadas quando o aborto era discutido.

Luciana Sánchez (2017) expôs a lesbotransfobia em espaços de militância e de campanhas, na Argentina, pelo aborto livre, gratuito, seguro e legal. Sánchez usa a expressão “o último bastão da heterossexualidade dentro do feminismo” para lembrar a criação que se faz do aborto como uma pauta política de mulheres heterossexuais. Em seus escritos, é cobrada a presença lésbica e trans em todos os espaços feministas, em detrimento de um feminismo binário, biologicista, que continua a conceber um projeto palatável com a reivindicação da “mulher” como uma entidade universal e pré-concebida às relações sociais e históricas. Ainda sobre a experiência na Argentina, descobrimos o contexto no qual a agenda do aborto é tecida, em meio às disputas entre autônomas e institucionais, e à conformação do movimento político trans (MINES et al 2014,).

Segundo relato desde a experiência política de participantes do grupo *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto*, os anos 2000 é um período onde se travam discussões e mapeamentos complexos da conformação de sujeitos feministas, abrigando também as problematizações relatadas, anteriormente, sobre a participação trans e lésbica, no processo de constituição da *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito*. A contra-memória feita pelo grupo nos conta as mediações que foram dando forma à campanha desde um feminismo heterocentrado que estabelecia quem abortava:

produzindo o apagamento de desejos, experiências, aprendizagens, e trajetórias das mulheres que abortam todos os dias, na medida em que ditos conhecimentos e saberes não são postos em jogo no debate pela legalização do aborto por quem emerge, a partir desse momento, como suas porta-vozes (MINES et al 2014, 140, tradução nossa).

Diante dos rumos que tomavam tais ações e discursos, xs autorxs declararam não se sentir convocadxs perante às formas como a

---

16 Segundo publicação na página da LBL - Região Sul, datada de 28 de setembro de 2011: “Enquanto às lésbicas que desejam engravidar - de forma assistida pelo SUS - é negado o direito à maternidade, outras mulheres têm o direito ao abortamento - ou à decisão de não terem estes filhos - violada da mesma forma, através de um sistema jurídico que nos aprisiona e que tenta nos condicionar.” Disponível em: <http://lblrs.blogspot.com/2011/09/porque-lesbicas-defendem-legalizacao-do.html>.



legalização do aborto estava sendo reivindicada pelos setores que, nesse momento, concentravam a atenção (MINES et al 2014). Para esses, era importante, sobretudo, explorar a perspectiva da sexualidade como “âmbito político, dispositivo histórico” para criar corpos de homens e mulheres, controlar a sexualidade das mulheres e desde o Estado, apresentar “a desculpa de que se deve controlar a natalidade”(MINES et al 2014, 141).

É dessa forma que, desde tal posição, apostaram pela construção de duas linhas telefônicas para a circulação de informação sobre aborto. No Equador, deu-se início à linha *Salud Mujeres* (2008), e na Argentina, à linha *Aborto: más información, menos riesgo* (2009). Ambas resultam em uma experiência de circulação de saberes, pois como relatam “as mulheres que telefonavam antes, durante e depois de abortar, nos foram contando muitos detalhes que não conhecíamos, os relatos de umas serviam a outras, as estratégias de algumas as contávamos às que ligavam depois [...]” (MINES et al., 2014, 144, tradução nossa).

## Conclusão

Desde a participação como facilitadora e militante feminista em atividades várias, busquei registrar algumas intervenções e questionamentos sobre aborto realizados por militantes que transitam os movimentos sociais, ou melhor, os campos movimentistas que, segundo Alvarez (2014), constituem redes de comunicação, articulação e codificações culturais contestatórias, construindo ações e planos estratégicos a partir de visões de mundo, ora compartilhadas, ora disputadas - interna e externamente. Por um lado, fui inspirada pelo universo da pesquisa militante ao buscar nos espaços de prática coletiva da militância feminista e social as problematizações para discutir sobre aborto. Por outro, apoiei-me na prática teórico-política de feministas negras e de/anti-coloniais, que se dedicam a contrarrestar o centramento discursivo e o monopólio epistemológico na academia, nos movimentos sociais e na sociedade.

Nesse sentido, o processo de pesquisa militante tem sido uma busca de metodologia, um “aprender fazendo”, onde a educação popular e a revisão epistemológica feminista anti-racista têm sido o motivo e a consequência de reconhecer minha posicionalidade enquanto uma militante, educadora e pesquisadora feminista branca. No (des)encontro com outrxs sujeitxs de conhecimento, sou eu mesma interpelada em



minha visão de mundo. Afinal, não é a mesma coisa me encontrar em espaços como o da primeira intervenção, que me causam diversos ruídos devido a premissas do feminismo institucional e Ocidental, com os quais cada vez menos me identifico; e encontrar minha própria postura epistêmica em espaços como o da segunda intervenção, onde as questões raciais foram abordadas e a “ordem feminista (hegemônica) do dia”, construtora de boa parte da agenda a favor do aborto, vem questionada. Deste modo, pesquisa militante e co-teorização estão implicadas no exercício de construção de conhecimento “com” movimentos sociais e sujeitxs de conhecimento, e não “sobre” os mesmos como se estes fossem objetos dos quais extrair informação a ser tratada durante um trabalho acadêmico.

Ao mapear três questionamentos/intervenções, a partir das experiências políticas e históricas, pude contribuir para mapear sujeitas, sujeitos e sujeitxs que travam disputas e negociações sobre aborto e questões reprodutivas. Sendo elas: 1) as redes feministas institucionais compostas, muitas vezes, por mulheres brancas (mas não somente), promotoras dos direitos sexuais e reprodutivos, próximas à comunidade médica pró-aborto, bem como às redes institucionalizadas de acompanhamento a mulheres em situação de abortamento, na América Latina; 2) as redes feministas negras e os movimentos de mulheres negras, que são próximas de redes de mães de vítimas da violência de Estado, bem como aos movimentos de juventudes negras; 3) e as redes LGBTIs, que a partir de diversos posicionamentos políticos, se articulam e ou co-constituem as anteriores, seja desde a perspectiva de direitos sexuais e reprodutivos, ou da dissidência sexual. É importante dizer que desde a perspectiva dos campos discursivos de ação, essas redes não são ensimesmadas, e suas, seus e suxs integrantes co-habitam muitas delas, entre outras.

Além da perspectiva liberal e Ocidental dos direitos sexuais e reprodutivos, esse campo mostrou que tem sido desafiado pelas noções de justiça reprodutiva que surgem por meio das experiências de mulheres negras. Nesse sentido, também se insere uma racionalidade que não concebe o corpo como propriedade individual, contrariando tradições Modernas Ocidentais. Da mesma forma, se realizam questionamentos ao centramento discursivo em aborto desde a heteronormatividade. Assim se justifica a necessidade de perguntarmos quais são os campos políticos e epistemológicos que estão intervindo nas temáticas de aborto e reprodutivas. Com essa contextualização, minha



intenção foi rascunhar, ainda que de maneira inicial e não exaustiva, presenças, sentidos e experiências que estabelecem as trajetórias próprias de nossas realidades Brasileira e Latino-Americanas, para que possamos recuperar, revisar, e seguir questionando as noções referentes aos processos procriativos, aos desejos, à saúde integral e vida das mulheres e comunidades, desde a justiça social.

## Referências

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVAREZ, S. E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais? Movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 57-77, jan./abr. 2014a.

\_\_\_\_\_. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p.13-56, jan./jun. 2014b.

ANTONACCI, M. A. Decolonialidad de cuerpos y saberes: ensayos sobre la diáspora de lo Eurocentrado. In: GANDARILLA, J. G. (Org.). *La crítica en el margen*. Hacia una cartografía conceptual para discutir la Modernidad. Ciudad de México: Ediciones Akal, 2016. p. 471-520.

Filho Bolsonaro apaga tweet defendendo ‘Bolsa Família só para quem fizesse laqueadura ou vasectomia’. *Revista Fórum*, 6 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/filho-bolsonaro-apaga-tweet-de-bolsa-familia-so-para-quem-fizesse-laqueadura-ou-vasectomia/>> . Acesso em: 07 abril, 2019.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S.. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

CABRAL, S.. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. *Portal G1*, Rio de Janeiro, out. 2007. Entrevista concedida a Aluizio Freire. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/>  
O , , M U L 1 5 5 7 1 0 - 5 6 0 1 , 0 0 -



CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>. Acesso em: 07 abril, 2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendedores Sociais (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

COETZEE, A.; HALSEMA A.. Sexual difference and decolonization: Oyëwùmí and Irigaray in dialogue about Western culture. *Hypatia*, v.33, n.2, p. 178-194, 2018.

DIÓRGENES, N. A questão do aborto e os países do sul: apontamentos descoloniais. In: Congresso Uruguaí Alas, XXXI, 2017, Montevideo. *Anais...* Montevideo: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2017. p. 1-18.

JAUMONT, J.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, p.414-464, 2016.

LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*. v. 22, n.1, p. 186-209, 2007.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v.10, n.1, p. 121-158, 2006.

MAIONE, L. A. Essa trama que é o aborto. Desenredando sentidos e tecendo lutas. In: BARONE, M. A.; BARROS, B. D. (Org.). *Sangrias*. Vitória: Pedregulho, 2019, p. 98-101.

MINES, A. et al. “El aborto lesbiano que se hace con la mano”. Continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012). *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 7, n. 09, p. 133-160, jan/jun 2013.

MIÑOSO, Y. E. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos Latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 14, n. 13, p. 37-54, 2006.



REIS, A. As filhas de Margaret Sanger. Elementos para uma análise das relações entre feministas e o poder médico. In: MIÑOSO, Y. E. (Org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. 1.ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 79-88.

SALVADORI, F. Mães de Maio relembram filhos que a polícia matou - e mãe que tombou. *Ponte*, Piracicaba, maio 2018. Disponível em: <[https://ponte.org/maes-de-maio-relembram-filhos-que-a-policiam-atou-e-uma-mae-que-tombou/?fbclid=IwARoSUGiRTidB3RhI\\_flUUHQvouEs-h3zoOR824t3VqaopykzrFIH7CkYLCo](https://ponte.org/maes-de-maio-relembram-filhos-que-a-policiam-atou-e-uma-mae-que-tombou/?fbclid=IwARoSUGiRTidB3RhI_flUUHQvouEs-h3zoOR824t3VqaopykzrFIH7CkYLCo)>. Acesso em: 09 abril 2019.

SÁNCHEZ, L. Hay una lesbiana en mi campaña por el aborto legal. Agencia Presentes, 2017. Disponível em: <<http://agenciapresentes.org/2017/09/29/una-lesbiana-campana-aborto-legal/>> . Acesso em 10 abril de 2019.

SELEM, M. C. O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SPILLERS, H. Mama's baby, papa's maybe: an American grammar book. *Diacritics*, v. 17, n. 2, p. 64-81, sum. 1987.

WERNECK, J. The beautiful and the pure? In: \_\_\_\_; ROTANIA, A. (Orgs.). *Under the sign of biopolitics. Critical voices from civil society*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. v.01, p. 51-64.

\_\_\_\_\_. Algunas consideraciones sobre racismo, sexismo y la tecnología eugénica. In: Fundación Henrich Böll Stiftung (Org.). *¿Un Mundo Patentado? La privatización de la vida y del conocimiento*. El Salvador: Bellas Artes, 2005. p. 197-204.



## Mirando hacia los lados: un borrador sobre presencias, sentidos y experiencias en torno al aborto a través de una investigación militante

**RESUMEN:** En ese texto, a partir de una investigación militante que aún está en marcha, pero que cuenta con participaciones en eventos entre los años 2016 y 2018, he buscado traer algunos cuestionamientos a las acciones y discursos sobre aborto realizados durante tales actividades. La colocación de tales cuestionamientos fue desarrollada de la mano con los lugares sociales y las posiciones políticas desde los cuales fueron colocados, buscando traer contribuciones para historicizarlos en las constituciones feministas, que se dan en nuestra formación social y política Latinoamericana y Brasileña. Mi principal objetivo con este trabajo es contribuir al fortalecimiento de las prácticas y articulaciones feministas, y asimismo la ampliación de nuestras percepciones sobre las presencias, los sentidos dados y las experiencias que han alimentado los campos feministas en relación al aborto en estos contextos. Para cumplir tal tarea, he buscado desnaturalizar la existencia de una única narrativa feminista sobre el aborto, que generalmente tiene como referencia sujetas / os y sus experiencias comprendidas en territorios del Norte geopolítico y en historicidades Eurocéntricas, despreciando las contestaciones y disputas resultantes de las desigualdades sociales presentes en nuestras realidades y, sobretodo, los conocimientos y trayectorias locales.

**PALABRAS CLAVE:** Aborto. Investigación militante. Feminismos De/ Anticoloniales. Heterogeneidades. Saberes.

***Leticia Alves MAIONE***

*Militante feminista anti-racista, educadora e mestra em Estudos das Mulheres e Gênero (Universidade de Oviedo e Universidade de Bolonha). Após atuar alguns anos em organizações da sociedade civil, e vivenciar aí muitas contradições derivadas da atuação enquanto militante em distintos espaços de movimentos sociais, vem se dedicando a trazer reflexões com base nesta experiência, em meio a outra experiência cheia de contradições, como é também o “estar” na academia, uma das instituições pilares do sistema moderno colonial.*

*Recebido em: 10/04/2019 | Aprovado em: 09/10/2019*